

9º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

CONTROLE SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Carla Del Ciampo Morassato¹

Edna Mitiko Ota²

Keiko Shinzaki³

Lilian Moreira de Alvarenga Assolari⁴

Para um controle social legítimo e eficiente os cidadãos precisam compreender as informações sobre a aplicação dos recursos públicos e muitas vezes isso é dificultado pela linguagem excessivamente técnica utilizada. Além disso, é também necessário considerar o efeito da inflação, de forma que os valores ao longo do tempo sejam comparativos. Esse artigo apresenta uma informação sobre os recursos aplicados na Saúde, já preparada para uma linguagem mais acessível, evidenciado como a aplicação da correção monetária altera os valores originais e torna mais significativa a informação.

Área temática: Saúde

Palavras-chave: Correção monetária. Controle social. Gastos na saúde.

Coordenador (a) do projeto: Lilian Moreira de Alvarenga Assolari,
imaassolari@uem.br (DCC - Universidade Estadual de Maringá).

Introdução

É senso comum que os recursos públicos, provenientes dos tributos que a população recolhe aos cofres do governo, devem ser gastos para atender as necessidades do povo por saúde, educação, transporte etc. Todavia, o que nem todos sabem, é que para garantir que tais recursos sejam devidamente aplicados a população tem o direito, e até mesmo o dever, de realizar o controle social. Esse é o mecanismo criado pela Constituição Federal de 1988 para garantir a participação do povo na gestão dos recursos públicos.

Para que o controle social se efetive, é fundamental que a população tenha acesso a informações sobre a aplicação dos recursos, e tais informações já são disponibilizadas por meio do Portal da Transparência, em todas as esferas do governo. Entretanto, é necessário ressaltar que os valores apresentados não consideram que com o passar dos anos a inflação existente em nosso país leva a

¹ Graduanda em Ciências Econômicas, DCO, Universidade Estadual de Maringá

² Mestre, DCC, Universidade Estadual de Maringá

³ Mestre, DCC, Universidade Estadual de Maringá

⁴ Mestre, DCC, Universidade Estadual de Maringá

uma perda do poder aquisitivo da moeda e a comparação dos valores divulgados nos diversos anos fica distorcida.

A maneira de excluir, ou pelo menos minimizar, o efeito da inflação sobre os valores divulgados é realizar a correção monetária dos mesmos, por meio de índices econômicos.

Nesse contexto, o objetivo do artigo é apresentar a importância da correção monetária para as informações sobre os gastos públicos divulgadas à população.

Materiais e métodos

A pesquisa é do tipo exploratória, bibliográfica e documental. O método utilizado foi o estudo de caso, e definiu-se como objeto de estudo os recursos direcionados à Secretaria Municipal de Saúde de Maringá, por ser o órgão da Prefeitura que recebe o maior montante de recursos e por demandar extrema eficiência na sua gestão. As informações aqui transmitidas correspondem ao período de janeiro de 2005 a dezembro de 2009.

A coleta de dados foi por meio de análise documental, entrevistas, consulta a *sites* oficiais (principalmente da Prefeitura Municipal de Maringá) e materiais bibliográficos. Tais dados foram organizados a fim de possibilitar e facilitar a análise quantitativa, qualitativa e comparativa, tendo em vista o objetivo definido no projeto.

A necessidade de informações para exercer o Controle Social

O controle social pode ser entendido como “a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2008, p.16). Uma das maneiras de exercer tal controle é acompanhar como os recursos públicos são gastos.

Porém, para isso acontecer, é preciso que os cidadãos tenham acesso às informações sobre os gastos do Governo numa linguagem acessível, que não seja técnica a ponto de impossibilitar sua compreensão pela maioria dos cidadãos. Entretanto, além da linguagem adequada, outro fator que devemos considerar é o efeito da inflação sobre os valores divulgados, de maneira a permitir efetiva comparação entre os valores gastos ao longo dos anos.

O governo tornou obrigatória a divulgação das informações por meio dos Portais da Transparência, conforme Lei Complementar 131/2009. Todavia, ao consultar os portais, percebe-se que as informações estão ainda muito técnicas e que estão em valores originais, não considerando os efeitos da inflação.

A importância da correção de valores

A inflação “(...) é um processo pelo qual ocorre aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda” (MOREIRA, 2011). Isso significa que com o passar do tempo a capacidade de compra do dinheiro fica cada vez menor, sendo preciso mais dinheiro para adquirir a mesma mercadoria.

De maneira prática, para adquirir uma cesta básica no ano passado era preciso, por exemplo, R\$ 100,00 e agora são necessários R\$ 120,00 para comprar os mesmos itens. Percebe-se que o poder de compra do dinheiro diminuiu, e esse é o efeito da inflação, R\$ 100,00 não compram a mesma quantidade de itens que compravam há um ano.

Por esse motivo não se pode fazer comparações entre valores de períodos distintos sem proceder ajustes visando extinguir o efeito da inflação. Para resolver essa

situação é necessário realizar a correção monetária dos valores, o que é possível por meio dos índices econômicos.

A correção dos valores permite extinguir ou ao menos minimizar o efeito da inflação, permitindo que ao longo do tempo seja possível comparar valores que realmente sejam iguais em termos de poder aquisitivo da moeda.

Índices econômicos

Os índices mais utilizados são os de preços, ou de inflação, “(...) indicadores que procuram mensurar a evolução do nível de preços. É um número que está associado à média ponderada dos preços de um conjunto de produtos, denominado cesta, em um determinado período” (MOREIRA, 2011).

Há vários índices de preços, dos quais se destacam: Índice Geral de Preços (IGP), Índice de Preço ao Produtor Amplo (IPA), Índice de Preços do Consumidor (IPC), Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) e o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Neste estudo foi utilizado como índice de correção monetária o IPCA, por ser o índice oficial utilizado pelo Governo Federal para medição das metas inflacionárias, o qual é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (PORTAL BRASIL, 2011).

Discussão de resultados

O projeto que originou este estudo tem por objetivo produzir informações, numa linguagem mais simples, sobre a aplicação dos recursos públicos no setor de Saúde do Município de Maringá.

Tais informações estão sendo divulgadas por meio do site www.sermaringá.org.br e permitem aos cidadãos acompanhar desde 2005 como estão sendo aplicados os recursos na saúde, mas ainda com valores originais.

Todavia, percebeu-se que sem considerar os efeitos da inflação as informações não permitiriam adequada condição de comparação ao longo do tempo.

Dessa maneira, procedeu-se a correção monetária desses valores, com atualização até o ano de 2010, utilizando o índice IPCA, tendo em vista ser este o índice oficial do Governo. O quadro 2 detalha os índices acumulados, considerando cada ano que está sendo corrigido.

A análise dos quadros 1 e 3 permitem verificar a diferença entre os valores após considerar o efeito da inflação. Ressalta-se que nesse trabalho somente está apresentado uma das muitas informações que foram geradas, tendo em vista a impossibilidade de evidenciar um grande volume de informações.



Quadro 1- Recursos aplicados na ação Manutenção da Secretaria de Saúde (valores originais)

	2005	2006	2007	2008	2009
IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo)	acumulado Dez 2005 a Dez 2010	acumulado Dez 2006 a Dez 2010	acumulado Dez 2007 a Dez 2010	acumulado Dez 2008 a Dez 2010	acumulado Dez 2009 a Dez 2010
	1,2650485	1,2279807	1,2225912	1,0927364	1,1103258

Quadro 2- Índices Aplicados na Correção Monetária dos Valores (IPCA acumulado até dez 2010)



Quadro 3 - Recursos aplicados na ação Manutenção da Secretaria de Saúde (valores corrigidos até 2010 pelo IPCA)

De acordo com os quadros 1 e 2 é possível notar que devido à correção os valores aumentaram em relação aos valores originais. Observamos que o ano de 2005 foi o que apresentou maior variação, ou seja, mais de 26%. Já em 2006 e 2007 os valores tiveram um aumento de aproximadamente 22% e em 2008, ano que ocorreu a menor variação, o aumento foi pouco mais de 9%. Por fim, no ano de 2009 o aumento foi de 11%.

Fica claro que em valores originais a análise tende a ser distorcida, pois o poder aquisitivo da moeda ao longo do tempo muda e, dependendo do contexto econômico de cada ano, a variação pode ser mais representativa, como ocorreu em 2007.

Ao considerar apenas os valores originais, a tendência é concluir que no ano de 2008 foram aplicados mais recursos em relação ao ano de 2007. Mas ao realizar a atualização de valores (até o ano de 2010), considerando a inflação, é possível perceber que em termos de poder aquisitivo, os recursos aplicados em 2007 são maiores que em 2008.

Conclusão

Para que o controle social seja executado efetivamente é necessário que os cidadãos tenham maior compreensão sobre os gastos públicos e, para isso, as informações precisam estar numa linguagem acessível. Além disso, é necessário também levar em consideração a inflação, pois dessa maneira, poderá ser feita adequada comparação entre os valores dos períodos de análise.

Referências

MOREIRA, Elmo. **Economia e finanças**. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.gazetadeitauna.com.br/economia.htm>. Acesso em: 11/05/2011.

PORTAL BRASIL. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>. Acesso em: 11/05/2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Controle Social: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Brasília, 2008.